



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 32

Sessão Ordinária Setembro

1.ª Reunião de 18/09/2015

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Rui Alexandre Santos Gonçalves Rei, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Rui Lima Batista Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltou o Presidente de Junta de Freguesia João Carlos Rodrigues Morgado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Beatriz Tomé Dias dos Reis.

Não esteve presente o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António dos Santos Costa, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Rui Alexandre dos Santos Gonçalves Rei, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Aida Isabel Pereira Tavares, Rui Lima Batista, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel Santos Salavessa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, e João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 09JUN15 a 14SET15;

Ponto 2 – Apreciação e Votação da autorização para a assunção de compromisso plurianual para a prestação de serviços de manutenção ao sistema AVAC do Centro de Congressos de Aveiro;

Ponto 3 – Apreciação e votação de uma Moção e de uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰³, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 28 – Sessão Ordinária de Junho – Sessão realizada em 12-06-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, cinco abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 29 – Sessão Extraordinária de Julho – Sessão realizada em 03-07-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, seis abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 30 – Sessão Extraordinária de Agosto – Sessão realizada em 12-08-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte nove votos a favor, cinco abstenções, e zero votos contra.

Continuado, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos que cada grupo municipal pode utilizar, tipificados no Regimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁰⁵

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰⁰⁶

“Senhor Presidente, o país que éramos há quatro anos é bem diferente do que é hoje. Há um país antes e depois das privatizações. E a resposta à pergunta se estamos melhor ou pior é simples —estamos muito pior. Um país sequestrado por interesses de privados nos sectores estratégicos, é um país incapaz de tomar decisões e de dar soluções a quem mais precisa.

As privatizações têm sido feitas ao desbarato, muito abaixo do seu valor, sem garantias para o interesse público e envoltas em ligações pouco transparentes. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas, a venda da EDP e da REN foi feita abaixo de custo. O BES Investimento avaliou a empresa para o Estado e assessorou os privados na compra destas empresas. Foi uma privatização opaca, pondo dinheiro e decisões na mão deste intermediário que afinal trabalhava para os dois lados.

Perdemos todos com a privatização da EDP. Agravamento da fatura. A eletricidade passou de direito a privilégio. O escabroso aumento do preço da energia tem sido justificado com o famigerado défice tarifário. Mas veja-se a empresa registou dividendos superiores a 8.000 milhões de euros nos últimos 7 anos. 8 mil milhões quando o défice tarifário é de 4,5 mil milhões. O défice tarifário pagamos todos, já os dividendos foram só para os bolsos de alguns.

Durante décadas a PT foi a maior empresa portuguesa. Hoje não é mais que uma empresa em frangalhos à mercê de um fundo especulativo. O mesmo que depois de adquirir a Cabovisão despediu 100 trabalhadores como seu primeiro ato administrativo. Havia na PT o gestor modelo do capital português Zeinal Bava. Afundou a maior empresa do país. Também o ex-DDT (Dono Disto Tudo), Ricardo Salgado, teve aqui o seu dedo. Perdeu o país, perderam as pessoas.

Olhemos agora para os CTT. Uma empresa lucrativa para o Estado, com processo de privatização em tempo record, onde a assessoria contratada pelo Estado ao JPMorgan – apesar do diferendo do Governo com este banco devido ao envolvimento no caso “swaps”.

A Goldman Sachs, um dos compradores verá o seu investimento repostos em 10 anos de dividendos dos CTT. Pelo caminho trabalhadores despedidos, tarifas mais caras e um pior serviço prestado às populações. No concelho de Aveiro é até caricato: em Aradas o balcão dos CTT convive com peças de roupa. É uma loja de roupa, é o balcão dos CTT.

Mas foi também um ataque às Juntas de Freguesia que tiveram que assumir essas funções e arcar com os custos e com os riscos. O país e as pessoas não foram protegidas.

Dizer que a TAP foi privatizada é um eufemismo. Foi uma venda low-cost. E veja-se a aldrabice, para contornar as regras comunitárias o comprador teve que arranjar um testa- de-ferro com passaporte português. O património público não foi protegido.

E quando achávamos que o processo da TAP tinha já sido vergonhoso que chegue eis que surge o processo dos STCP e do metro do Porto.

O Governo no seu último suspiro quer fazer uma privatização por ajuste direto. Na hora de entregar serviços públicos ao capital não há vergonha. Há descaramento. As pessoas não são protegidas.

As privatizações foram feitas baseadas num argumento: são necessários recursos para abater dívida pública. Mas a realidade contradiz o argumento. As privatizações renderam 9 mil milhões, mas neste período a dívida aumentou 30 mil milhões de euros.

Vendemos os anéis, ficamos sem os anéis, sem o dinheiro e sem os dedos. É esta a política do governo PSD/CDS: liquidação total. Ataque aos serviços públicos. Ataque ao trabalho.

A falta de transparência é a marca identitária destes processos. Entregar bens e serviços essenciais à população a privados tem sido o único desígnio. Chama-se radicalismo ideológico.

As privatizações afundam o país. Aumentam invariavelmente as tarifas, pioram os serviços. Empobrecem o país. E empobrecem a democracia. O que é essencial para a vida de todos só pode ser de todos.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais António Ildebrando Nunes Costeira e Gonçalo Nuno Caetano Alves)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁷

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite à Mesa, ao Executivo, Colegas deputados, público presente. Queria começar por dirigir uma palavra ao nosso Beira-mar Uma palavra de incentivo porque começou a época a vencer e portanto augura-se que ano a pós ano regresse aos mais altos escalões de futebol, para bem do Beira-mar e para bem de Aveiro.

Queria referir-me também ao Turismo. E demonstrar satisfação pelos resultados estatísticos que têm vindo a público e outros que se calhar não são tão públicos e que tive acesso. Por exemplo pegando nos dados estatísticos do Centro, só considerando os indicadores do Posto de Turismo de Aveiro, só até Agosto deste ano ultrapassaram-se os números de 2014 todo.

Em 2014 registados no Posto de Turismo de Aveiro 70 mil visitantes, só até Agosto do corrente ano 71.400. Na grande maioria, espanhóis e franceses. A Turismo do Centro pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pelo investimento que tem feito está de parabéns. Tem reflexo na região e tem reflexo em Aveiro. E obviamente perspectiva que o futuro seja bem melhor e desejamos que no próximo ano estes dados sejam completamente ultrapassados a uma escala muito maior.

Queria fazer também referência a uma notícia do Diário de Aveiro sobre a supressão da esquadra de polícia aqui em Aveiro. Parece-me que fundamentalmente a esquadra que existe hoje no edifício do antigo governo civil sinceramente não faz qualquer sentido quando nós temos desde há muitos anos um investimento que é o Comando Distrital de Aveiro, que me parece que tem todas as condições e mais algumas para que tenhamos uma Policia unida em termos de instalações. Pois isso permitirá que os meios e os recursos ao dispor sejam utilizados, quanto a mim, mais correta r mais rentável. Um pequeno exemplo. Já lá vai o tempo em que nós subíamos a descíamos a Avenida e era um polícia em cada esquina, hoje se têm lá estado não se veem, a não ser de vez em quando o carro patrulha, e não me parece que isso seja sinal de mais segurança. Não me parece que isso seja sinal de uma polícia que, não digo que atenta, mas não está visível aos olhos de qualquer cidadão.

Por outro lado parece-me que essa ideia do facto de a Policia sair do governo civil, permitirá juntar todas as seções do Tribunal que nós temos em Aveiro, incluindo a seção de Anadia. O que fará que para essa zona da cidade, a Praça Marquês de Pombal, com toda a certeza traga mais vida, traga mais pessoas, para uma zona que caiu no esquecimento, em termos dessa vida mesmo, assim como a nossa Avenida que tem vindo a definhar ao longo dos anos.

Queremos mais vida para a Praça Marquês de Pombal, queremos que as pessoas voltem ao centro e que de facto a nossa cidade precisa de vida no centro, não é na periferia.

E porque estamos em ano de eleições parece-me fundamental dizer alguma coisa sobre esta questão, que é o seguinte. Independentemente dos partidos que vão a eleições, independentemente dos líderes dos seus partidos, aquilo que nós CDS pedimos aos aveirenses é que não fiquem em casa. Votem com responsabilidade, que se evite a abstenção, que se pense que durante muitos anos não tivemos estabilidade política e temos essa estabilidade política desde 2011, com partido em coligação, que se souberam entender, que souberam muitas vezes por na gaveta os interesses do partido atrás dos interesses dos interesses do país, e portanto queremos que as pessoas nesse dia assumam a responsabilidade e que no dia a seguir quem não for votar que não diga que não teve nada a ver com isto. E não diga que os que lá estão não são os melhores. A responsabilidade também está nos cidadãos. Disse.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁰⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁰

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Boa noite a todos. Não querendo entrar em discurso tipo campanha eleitoral neste ponto, gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara e aproveitando a sua qualidade em outras instâncias, falando dum tema que sendo multimunicipal diz muito a Aveiro. Em início de setembro foram assinados os pactos de desenvolvimento de coesão territorial no âmbito da CIRA que viu contemplados os seus projetos em mais de 48 milhões de euros. Gostava que o Senhor Presidente neste ponto ou no seguinte esclarecesse um pouco este assunto no que toca a Aveiro.”

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção neste ponto regimental.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 09JUN15 A 14SET15.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

“Como é minha prática responderei a todas as matérias que foram referenciadas respeitantes à Atividade Municipal com todo o gosto neste ponto e não no período de “Antes da Ordem do Dia”.

E compreenderão que eu não faça campanha em relação às legislativas; não me parece muito adequado, embora julgo que saibam bem o que é que eu penso sobre essa matéria.

Só não acho relevante para o debate na nossa Assembleia Municipal e para o nosso exercício de cidadania no próximo dia quatro de outubro.

Numa nota global gostava de referenciar a riqueza deste período de tempo, destes três meses, de Atividade Municipal, muita intensa, muito diversa. Destaque para as matérias ligadas à Cultura como a assumpção da nossa responsabilidade de gestão do Museu de Aveiro, Museu Santa Joana, no dia um de agosto e do primeiro evento que aí realizámos, no dia quatro de agosto, comemorativo dos quinhentos anos do Foral Manuelino de Aveiro.

Na área da requalificação do território temos que referenciar as três inaugurações que decorreram neste período. A obra de qualificação do Mercado do Peixe e da zona envolvente e as duas obras Pólis cuja inauguração também marcou a entrega, pela empresa, das obras à gestão da Câmara Municipal; a lembrar, a frente Ria de S. Jacinto e o parque ribeirinho de Requeixo. Foram as duas primeiras obras da Pólis a ficarem prontas, as outras duas estão praticamente prontas, estão na sua reta final, embora essa reta ainda nos vá levar mais algumas semanas até à sua conclusão; lembrando, o cais da Ribeira de Esgueira e o Parque do Carregal, que, seguramente, durante o mês de outubro, como limite, terão as suas operações concluídas e os actos formais também concluídos para que se possa cumprir a inauguração. Também estamos à espera de ver o que é que vai acontecer ao acionista maioritário da empresa para transpormos as obras terminadas da empresa para a entidade que vai ser sua gestora e que é a Câmara Municipal de Aveiro.

Também foi um tempo muito importante para a nossa cativação de fundos comunitários do Portugal 2020 para a execução dos próximos anos, alguns deles precisam de anos, nomeadamente a dupla ocorrência do dia trinta e um de agosto em que assinámos, em nome da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da região de Aveiro e, nesse mesmo dia, saiu, foi publicado, o aviso do POCU, um aviso convite à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro para uma peça daquilo que chamamos o Baixo Vouga Lagunar no valor de investimento, o cofinanciamento é no valor de três vírgula noventa e cinco milhões de euros, para uma obra que está referenciada para seis vírgula cinco milhões de euros. Nessa operação está assumida uma verba total de fundos de cinquenta e dois milhões de euros; setenta por cento dessas verbas são para projetos de natureza intermunicipal, de entre os quais o que tem maior volume financeiro é, exatamente, o Baixo Vouga Lagunar com uma intervenção de fundo perdido de cerca de dezoito milhões de euros. Depois há, na área do empreendedorismo, na área da modernização administrativa, na área do combate ao abandono escolar e da promoção da inclusão social, na área da eficiência energética no sector da iluminação pública, um conjunto de verbas muito substanciais para desenvolvermos as ideias base, que estão definidas no próprio pacto, e passar essas ideias base para os projetos e depois para a sua execução. Aquilo que é material para a sua execução física, aquilo que é imaterial para execução a esse nível, sabendo que, por exemplo, na área do empreendedorismo iremos ter, aliás já temos, uma dotação de seis vírgula quatro milhões de euros para apoiar diretamente projetos promotores de emprego, promotores e geradores de riqueza de cidadãos desempregados e de cidadãos titulares de empresas, ou melhor as próprias empresas de escala micro e pequena. É uma das novidades nesta área dado que nunca os municípios ou as comunidades intermunicipais foram gestoras desta tipologia de verbas e de operações. Há também um conjunto de operações de natureza estritamente municipal e aí estão os problemas do pacto, aquilo que temos dito sempre e que o próprio Governo também assumiu, que são as dotações escassas. As dotações financeiras são muito curtas e conhecemos a história toda da Comissão Europeia que não queria financiar nada e da negociação que deu

algo. Obviamente que esse algo, em relação àquilo que são, objetivamente, as necessidades vai ter, em sede de reprogramação, que ter dotações reforçadas. Estamos a falar da saúde e na saúde ocupa um lugar muito especial a qualificação das nossas extensões de saúde e das nossas unidades de saúde familiar; a educação e a educação é a área onde temos mais necessidade de recursos e a área onde a limitação é mais sentida face às necessidades que temos; a área da cultura e na área da cultura a referência ficou fechada às tipologias de património da humanidade, que a região de Aveiro não tem, e monumentos nacionais que a região de Aveiro tem, embora cingindo-se unicamente a dois municípios, Aveiro e Águeda; já agora, voltando à área da educação houve o tratamento em sede do famoso mapeamento de tipologias que não são da competência dos municípios mas que estão acordadas entre o Ministério da Educação e os municípios, e os municípios que têm objetivos são o Município de Aveiro e o Município de Ovar. Na área da eficiência energética também no que respeita à tipologia de qualificação energética, ou melhor dizendo, eficiência energética de piscinas. São estas as grandes ideias, com o tempo vamos falando cada vez mais com pormenor de tudo isto para que possamos fazer bem a sua execução, mas também cuidando da pressa porque é muito importante, nomeadamente em certas tipologias e em especial àquelas que acabei de referenciar como tendo dotações particularmente desfasadas em relação à necessidade; temos que dar um contributo de pressão para a reprogramação que vai ocorrer em dois mil e dezassete com níveis de execução elevados. Essa é uma peça fundamental. Este conjunto de operações deixando a nota de passagem no nosso programa de ajustamento municipal, também foi neste período que teve o tratamento que todos conhecemos e que já tratámos na passada quarta-feira. Foi um período muito importante para a nossa vida, muito intenso, muito diverso, e que vai ter seguimento ao mesmo ritmo neste tempo que temos pela frente. Estarei ao dispor para as questões que colocaram, que vão colocar, e tratarei também as questões que já foram colocadas e as matérias que foram abordadas.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Senhor Presidente Srs. Deputados. Neste caso mais o senhor Presidente da Câmara uma vez que estamos a discutir a sua informação. Eu queria começar por afirmar que é um pouco difícil nestas comunicações apurar até que ponto se justifica ou não, uma sombra que se vai avolumando de que não há consonância entre o momento especial que a Câmara está a impor aos munícipes, com os vários impostos que tem lançado sobre eles, e aquilo que é a prática cotidiana nomeadamente no que toca à realização de iniciativas de cariz diverso não prioritário, à realização de eventos — e se a soma daquilo que a Câmara vai gastando com esse tipo de situações não é em si um desequilíbrio face àquilo que está a ser pedido aos cidadãos.

Provavelmente nas Contas do ano teremos oportunidade de apurar isso com mais detalhe. Mas queria desde já aqui deixar essa ideia e dizer que estamos atentos a isso. E dizer que nos preocupa muito algum show-off na promoção de algum tipo de eventos que não corresponde ao momento que o município vive.

A propósito desse tipo de eventos falaria em duas coisas. Uma a conferencia IDD sobre a Defesa nacional!? Para esta coisa das empresas da Defesa Nacional é normalmente um eufemismo sobre empresas de armamento e de questões associadas à guerra e não à defesa. E o acolhimento desta iniciativa pode ter tido as suas razões mas eu acho que do ponto de vista estratégico que interessa muito mais a Aveiro e ao país por exemplo a

Economia do Mar e virarmo-nos a sérios para a exploração da nossa zona económica exclusiva do que a industria do armamento.

Também o encontro sobre aquela associação Portos e Cidades fico com alguma dúvida sobre o seu interesse. Depois houve uns passeios, umas visitas. Aquilo que eu perguntava era se aproveitaram para visitar a zona da antiga lota, que faz parte das promessas eleitorais para dez meses da requalificação daquele espaço? Já lá vão vinte meses e nós não vemos a requalificação. Podia com a oportunidade dessa visita se fazer qualquer coisa diferente daquilo que lá está, para além da limpeza que já lá foi feita, mas que já se justifica uma nova limpeza.

Mais no concreto. Mais pontual. Gostava que o Senhor Presidente explicasse em que é que consiste o ajuste direto à Suma da praia de São Jacinto visto que nos é dado só o valor, mas não nos é dito o período a que esse valor corresponde. Mais informação sobre esse processo.

Depois deixar um apontamento sobre a informação que deixa sobre o licenciamento de veículos turísticos. Nada a dizer a não ser que é necessário criar uma imagem que corresponda aos interesses turísticos de Aveiro. Ter um autocarro vermelho que circula por aí, ter combóis amarelos, ter combóis brancos, enfim. É preciso começar a dar unidade a tudo isto que anda aí e fazer com que essas coisas que aí circulam reflitam a imagem de Aveiro.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [015](#)

“Senhor Presidente eu tenho uma pergunta a colocar à Câmara através desta Assembleia, que diz respeito a uma construção que está a ser feita na freguesia de São Bernardo, que pela sua dimensão, volumetria, altura, etc, nos parece um atentado urbanístico. Dirigimos algumas questões que nos suscitam dúvidas do ponto de vista legal e alguma documentação que o Senhor Presidente da Câmara em tempo oportuno nos poderá fazer chegar.

Outro tema que nos traz aqui é o da habitação social que está desabitado em Aveiro. O Bloco questionou várias vezes o Senhor Presidente nesta Assembleia, mas ficou sempre sem resposta.

Depois de colocar a pergunta por escrito e de conhecer a resposta sabemos o porquê do silêncio deste executivo. De acordo com a própria Câmara 10% da habitação social municipal está vazia. Não está ocupada. Está desabitada! É um enorme desperdício de recursos públicos, mas mais é um grande entrave à resposta social da autarquia.

Diz-nos a Câmara que dos 589 fogos sociais que tem, 57 estão desabitados. Uma enormidade. Falta ainda a resposta do IHRU para sabermos a verdadeira dimensão deste desastre social.

Este número é já de si chocante. Mas mais chocante ainda é a justificação da autarquia. Estas habitações estão desocupadas porque o seu estado de conservação é demasiado mau para poderem ser ocupadas. Esta é uma Câmara que não cuida do seu património. Mais, esta é uma Câmara que não cuida da sua capacidade de resposta social.

Mas responda Sr. Presidente, a quem cabe a responsabilidade senão a si e a este executivo? A quem cabe a necessidade imperiosa de manutenção e reabilitação deste património essencial para Aveiro? O problema é antigo. Mas este executivo já deu mostras em dois anos de não o querer solucionar. Aliás, recordamos que aprovou um regulamento de habitação social que aumenta as rendas, que facilita os despejos e que transforma os bairros sociais em bairros rotativos. Em suma um regulamento de ataque à habitação social.

E sobre a degradação esse regulamento é muito claro. Se for responsabilidade do

inquilino, o inquilino é obrigado a fazer as obras. Se a responsabilidade da degradação for responsabilidade da autarquia então prevê-se que a renda baixe, por uma casa sem condições e a Câmara não é obrigada a obras. Percebemos agora melhor esta regra indigna e que não defende o património público.

Aqui está um problema concreto de Aveiro. Dez por cento dos fogos sociais do município estão desabitados e degradados. Ao mesmo tempo existe uma enorme lista de espera para aceder a uma habitação social. Diga-nos senhor Presidente, quantas pessoas aguardam uma destas habitações? E qual é o tempo de espera.

Mas ainda mais importante diga-nos o que vai fazer para mudar este estado de coisas?

A canalização do Bairro de Santiago está degradada. Corre água amarela nas torneiras dos moradores. A autarquia vai substituir a canalização e resolver este problema?

Dez por cento da habitação social está tão degradada que não dá para habitar. O que é que este executivo vai fazer para resolver este problema? Quando vai começar a reabilitação? Quando estará concluída? Consegue fazer esse compromisso dar-lhe datas e concretizá-lo? Ou nada fará como até aqui?

O Bloco de Esquerda defende o direito à habitação. Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente e esta autarquia com 10% de casas vazias por degradação, por descuido, por desleixo.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁷

Vogal Caetano Alves (CDS)⁰¹⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁹

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰²⁰

“Eu queria protestar pelo orador que antecedeu se ter referido às intervenções das restantes bancadas, omitindo ou esquecendo que o tempo que dispõe para falar é completamente diferente daquele que esta bancada dispõe para falar e que falou sobre fundos comunitários durante cinco minutos, exatamente o tempo total que eu tenho para intervir.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²¹

“Boa noite a todos. Depois desta intervenção do meu colega de bancada sobre assuntos comunitários a minha intervenção vai versar sobre temas muito mais comezinhos e vulgares, não de tanta profundidade, mas que esperam venham a ser respondidos pelo Senhor Presidente da Câmara.

Eu começava por me lembrar das intervenções que falaram aqui do comboio turístico para dizer que realmente é uma visão triste aquela que se tem com o estacionamento do comboio turístico junto da estação dos caminhos-de-ferro. De facto seja para quem vem e chega a Aveiro e a primeira visão que tem é de um comboio turístico parqueado que não permite ver a Avenida. E como também dizia o Senhor deputado Jorge Nascimento quem vem da Avenida e olhar para a estação depara também com o comboio turístico. Para além do comboio não ser nada bonito do meu ponto de vista. Sei que é uma questão de gosto e gostos não se discutem. O facto é que o comboio, aquele ou o outro que anda por ai realmente deveria ter um percurso especial, porque quem apanha o comboio na ponte praça torna-se uma desgraça para os peões puderem passar. Tem que se estar à espera que aquilo ande e nem se percebe bem para quê tantas carruagens. Isto é uma opinião muito pessoal. Sobre isso tenho de deixar essa minha triste visão sobre o comboio que tapa a Avenida que é a Avenida principal da cidade.

Gostaria também, não sei se já chegou aos ouvidos do Senhor Presidente da Câmara reclamações do piso daquela famigerada ponte pedonal no parque. Aquilo tem um piso que é cortante. Se aquilo foi feito, como foi aqui dito nesta Assembleia, que era tão importante para as pessoas de idade irem passear e não terem de atravessar a estrada porque tinha muito movimento, uma pessoa de idade que tropece vem de lá em muito mau estado. Era melhor se calhar atravessar a rua e não andar por aquela dita ponte.

Li também com curiosidade o turismo militar. Mas o turismo militar, confesso a minha ignorância, este turismo militar não é apenas para os militares creio eu. E já começaram a divulgar o turismo militar? É que de facto ou divulgam muito ou senão não sei quem serão as pessoas interessadas. Gostaria de saber se tem algum feedback sobre essa matéria. E a mais comezinha das minhas intervenções diz respeito às ruas da Beira-Mar. É comum as pessoas da Beira-Mar queixarem-se do estado de falta de limpeza das ruas da Beira-Mar no que diz respeito aos dejetos dos animais. Isto é um assunto que já foi falado mais que uma vez aqui na Assembleia, penso que a Câmara deveria tomar uma posição no que diz respeito a isto.

De facto as ruas da Beira-Mar nem sequer têm passeios. A pessoa abre a porta e está na rua. E muitas vezes logo de manhã é uma desgraça. Aliás são os próprios funcionários das limpezas que dizem que nunca virão ruas tão sujas como aquela rua Homem Cristo e a rua Manuel Nogueira. Eu gostava de chamara a atenção da Câmara para resolver aquele problema que já se vem sentindo desde algum tempo. E de facto as pessoas da Beira-Mar gostam de viver num ambiente que seja mais ou menos limpo.”

Vogal João Barbosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata [022](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Fala-se de Turismo esquecendo-se que há turistas e há excursionistas. Têm-se falado muito do aumento de turistas. É verdade o país tem tido um acréscimo substancial de turistas. Naturalmente Aveiro veio na onda. É preciso pôr os pés assentes no chão. Aveiro precisa de medidas urgentes de infraestruturas que lhes deem uma melhor estadia. Elogiamos o que está. Mas é necessário muito mais. O turismo é demasiado importante para a economia de um Estado. Deve ser feito com qualidade, planeado, e com segurança.

Duas chamadas de atenção para Aveiro. Esteve aberto o posto da estação. Um posto de muita responsabilidade. Propaganda obsoleta e ultrapassada. A pessoa que lá estava não podia fazer mais.

Segunda chamada. Uma falta do tamanho da Torre dos Clérigos. Falta de urinóis na cidade (ouvem-se risos). Riem-se porque vocês quando precisam vão a casa. Vimos pessoas no centro da Cidade com necessidades urgentes, dirigiam-se aos Paços do Concelho (pode confirmar isso), como não eram satisfeitos dirigiam-se aos Claustros da Misericórdia em frente. O funcionário que está nos Paços de Concelho pode confirmar isso. Na paragem dos autocarros no Rossio, naturalmente, dirigem-se às palmeiras porque os cafés não dão satisfação a tudo.

Senhor Presidente da Câmara. Os urinóis são necessários e de colocação urgente — e o senhor já prometeu que ia fazer. Não fuja.

Como é natural vai acabar por fazer um concurso para o estacionamento dos comboios turísticos. Então que esse dinheiro seja canalizado para assistência a quem nos visita.

Senhor Presidente da Câmara, estas sugestões é feito numa atitude voluntária e sem nostalgia.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [024](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [025](#)

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰²⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“Algumas notas, não seguramente sobre tudo mas obre aqueles que são os aspetos mais importantes das intervenções que aqui ouvimos.

Salavessa, as ações que referenciou nós consideramos muito importantes. A primeira, sobre a defesa, foi uma proposta do Ministério da Defesa Nacional, do Sr. Ministro, no âmbito de um conjunto de conferências que fez por todo o país. Nós acolhemos com todo o gosto e no mais elevado sentido de cooperação institucional. Para quem lá esteve, nomeadamente para empresários interessados na matéria, foi muito interessante. Tinha uma parte mais formal, tipo sessão de abertura, mas depois teve uma parte de trabalho, que não é normal neste tipo de conferências, de interlocução entre os especialistas que estavam no painel e os empresários e as pessoas que estavam na plateia; a discutir, no fundo, oportunidades de negócio nesta área. Fizemos bem, fizemos muito bem, não tivemos qualquer tipo de custo adicional para além do custo da logística de quem facultou o Salão Nobre do Teatro Aveirense. Portanto, correu muito bem. Em relação ao encontro da RECTE, fomos anfitriões; a nossa participação foi a cedência das instalações. Não nos custou nada dado que quem é associado da RECTE é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. É a CIRA que é associada, não é a Câmara. Fomos cidade anfitriã, cidade neste conceito de capital da região de Aveiro, e levámos a pessoas a visitas técnicas, a visitas lúdicas na componente turística e cultural. Não sei em que país é que está a pensar mas, como é normal, nós gostamos de levar as pessoas a verem as coisas boas que temos no nosso Município e também no caso do Município de Ílhavo, dado que nestas matérias do mar e do Porto, como sabemos, na nossa região, é o Município de Ílhavo. Portanto, o programa teve partilha nos dois territórios, não esquecendo que se estava no quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Não achei interessante pôr no programa, o programa foi feito por mim mesmo, uma visita à lota, não percebi muito bem o seu critério, mas critérios cada um tem o seu. Eu gosto de receber bem as pessoas, mostrar o melhor que nós temos, são questões de critério e de opção política.

Quanto ao juste direto, o ajuste à SUMA foi para as operações de limpeza do areal na época balnear, de quinze de junho a quinze de dezembro. Foi essa operação que entendemos fazer com uma prestação de serviços. No ano passado tivemos vários problemas. A operação tinha sido entregue à Junta de Freguesia que tinha uma máquina já um bocadinho usada e, portanto, não correu lá muito bem porque a máquina, de vez em quando, partia. Acordámos que essa seria uma despesa que passamos a assumir, nós Câmara com uma empresa da especialidade. Foi feito esse procedimento e correu muito bem; não tivemos qualquer tipo de questão. Quanto à sua imagem dos comboios e às várias intervenções sobre os comboios, dizer o seguinte. Tenho o maior gosto em termos um comboio cor-de-laranja, gosto muito dele, acho muito bonito. Aliás, nunca na minha vida vi um comboio tão bonito como este. Voltamos ao mesmo: gosto, cada um tenha o seu. Só não concordamos mesmo, mas aqui é já uma questão de filosofia de gestão, que a Câmara seja normativa, a dizer «queremos que os comboios sejam todos da cor ‘x’, os tuc-tuc’s da ‘y’»... nós não concordamos com isso. Achamos que cabe aos operadores fazerem as suas opções a esse nível, achamos positivo a diversidade e o colorido. É também uma questão de opção, mas esta é a nossa, embora em relação àquele não vamos atribuir nenhum prémio, nem isentar taxas, mas achamos que ele é particularmente feliz. É óbvio que estou a brincar, não é a cor do comboio, é a cor dos

elementos que aquela empresa escolheu para a sua lancha, para o seu bar ambulante, é a opção de imagem e de marketing da empresa. Nós queremos que as empresas façam as suas opções, que sejam felizes e que nos ajudem a sermos felizes. Quanto a algumas das vossas ideias façam o favor de partilharem, agradecer as que já partilharam e partilharem mais. Iremos fazer um relatório de análise por que temos que tomar decisões sobre o futuro, mas estas operações que, na nossa opinião, foram são um contributo muito importante para a atratividade turística e para a sua dinamização. Desde logo os moliceiros, obviamente, mas esses já tínhamos tratado com prazo longo, os tais cinco anos, mas estas operações dos comboios turísticos, tuc-tuc, e mais alguns elementos inovadores que temos, são experimentais. As licenças só têm validade até trinta e um de dezembro de dois mil e quinze. E experimentais porquê? Porque quisemos perceber e tomar agora decisões, definitivas nunca serão, mas com um nível de estabilidade maior. Iremos lançar concursos e temos que decidir uma serie de coisas com base na avaliação daquilo que aconteceu. Dois comboios turísticos estão bem ou são muitos? Ou será melhor termos um terceiro? São compridos ou são curtos? Os circuitos estão bem ou estão mal? Dizer-vos que não há zonas de estacionamento, os comboios não têm zona de estacionamento. Quando os virem estacionados, por exemplo à noite, estão estacionados ilegalmente. O que os comboios têm é o direito de pararem na lógica de esperar por clientes e para deixarem os clientes no local devido. Portanto, não há estacionamento. A regra é o comboio quando não está em atividade recolhe a uma qualquer garagem. Aliás, a mesma coisa com o autocarro vermelho que não tem a cobertura, está-me agora a faltar o nome da empresa, que opera de dia mas à noite não está lá o autocarro parado. Tem uma garagem onde é recolhido. Já temos as nossas notas, ouvimos hoje as vossas, são muito úteis contributos diferentes. É óbvio que quando o comboio anda é giro mas quando está parado num sítio não é giro para nada e muitas vezes estraga a relação de imagem com algo. Eu também acho que quando está parado no Rossio também estraga, porque a fachada urbana do Rossio, na minha opinião, é belíssima e provoca fotografias lindíssimas. Quando temos o comboio à frente não dá para tirar fotografias; se passamos para o lado de lá já só apanhamos uma porta ou uma janela porque ficamos muito em cima. Entendemos que são notas importantes mas depois é precisa a solução. Vamos pôr a paragem no sítio 'x' e não no 'y' e essa definição tem que ser feita agora, quando for para atribuir a licença, e agora quando for para desenhar o caderno de encargos do concurso. A Estação não nos preocupa. Preocupa-nos é fecharmos o contrato com a REFER, termos o visto do PAM, recebermos definitivamente a Estação que é um dos nossos objetivos em termos de qualificação e vivência no quadro do PEDU, dos fundos comunitários e está mais que assumido. O que não quer dizer que estraga a leitura da fachada ou da Avenida se, de vez em quando, estiver lá o comboio. Sinceramente não achamos isso. É uma nota importante para ser refletida e no desenhar da nova operação poderemos vir a tomar outro tipo de decisões.

Já agora também as minhas referências ao turismo. O balanço sobre a época, não sobre o ano, vai ser feito num próximo dia com a TCP – Turismo Centro Portugal e a Câmara Municipal de Aveiro. Aveiro tem resultados absolutamente anormais no sentido positivo face ao todo da região. O Paulo Marques falou da TCP, o Manuel Prior falou do contributo da Câmara, e temos que falar do contributo de tanta gente: das empresas operadoras, da campanha de marketing que custou quase um milhão de euros feita pela TCP e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Estamos a falar de Aveiro porque é o epicentro da produção turística, mas há outros muito bons indicadores noutros municípios da região de Aveiro neste crescimento de procura. Nós vamos continuar a fazer a promoção do Município e da Cidade, mas vamos continuar a apostar muito nesse enquadramento regional, regional sub-região de Aveiro e regional região

centro, porque só temos a ganhar com esse tipo de operação. Um dia destes vamos apresentar os resultados, eles são muito bons, é um crescimento muito forte em relação ao pequeno crescimento do ano passado. No ano passado já tinha havido uma nota de crescimento interessante, mas o crescimento deste ano é, de facto, muito forte com indicadores objetivos, não estamos a falar de impressões porque todos temos a impressão que vimos muito mais gente na nossa cidade. É importante esta onda positiva dos pequenos contributos de pintar o muro, dos grandes contributos das campanhas de marketing, da operação que fizemos na BTL 2015, na BTL 2014; são muitos contributos, com o trabalho importantíssimo, liderante, dos operadores marítimo-turísticos, das empresas hoteleiras, da nossa restauração que cada vez tem mais qualidade. Tudo isto são efeitos positivos. O que foi positivo foi colocarmos isto em marcha e deixarmos de ter Aveiro a ser falado por causa da Câmara andar em guerra com os hotéis por causa da taxa turística, andar em guerra com os operadores marítimo-turísticos por causa da taxa turística e pela falta de regulação, andar em guerra por ser uma Câmara desgovernada, andar em ausência por não ter presença política em lado nenhum. Esta foi, de facto, uma mudança radical, absolutamente radical, e que é objetivamente visível nestes dois anos. Vamos continuar a fazer muitas coisas para darmos contributo, para darmos sustentabilidade. Já sentimos o toque deste crescimento nalgumas limitações a esse mesmo crescimento. Por exemplo, tivemos várias semanas, em julho e em agosto, com lotação esgotada na nossa hotelaria. Sentimos que este crescimento começa a tocar em limitações. Estamos a trabalhar com os investidores para podermos ter crescimento na oferta porque a procura chega a certo ponto e não tem condição de crescer. Os investidores têm, obviamente, os seus critérios, têm as suas opções, e muitas alternativas. Estamos a fazer o nosso trabalho para que este crescimento continue e que esse potencial de crescimento que existe e que é relevante não tenha, pelo menos durante muito tempo, durante algo tempo é quase inevitável, não tenha essa limitação da estrutura da oferta que impeça que esse crescimento possa continuar com ritmos, nuns anos, seguramente mais fortes, noutros anos menos fortes, mas que tenhamos esta relação sustentável de crescimento nesta matéria. E que isso aconteça em Aveiro e aconteça no destino Portugal. As promoções internacionais são a Portugal e é muito importante o trabalho que está dar frutos cada vez mais visíveis. Isto tem mérito de muita gente, do Governo, das empresas, de um conjunto de operações, menos da TAP que fez aquela greve vergonhosa em maio, de dez dias, que nos custou muito em alguns indicadores de crescimento. Esperemos que a nova TAP não faça greves de dez dias em maio e que nos perturba imenso a nossa vida.

Rita Batista, eu já lhe disse uma vez, digo-lhe outra vez. Venha trabalhar, venha conhecer as habitações sociais e o estado em que elas estão, veja onde é que há dinheiro para fazermos as obras, perceba bem o PEDU e a componente do plano de apoio às comunidades desfavorecidas, para perceber bem o que é que temos e o que é que vamos fazer. Isto não é estalar os dedos e ler uns discursos que consegue resolver os problemas. Já a convidámos uma vez, fica aqui o convite outra vez, se, de facto, quiser ter uma abordagem objetiva e real. Se prefere continuar com a sua opção meramente discursiva ouvi-la-emos sempre com o maior respeito embora com a mais absoluta discordância.

Dr. Jorge Nascimento, o nó das Agradas como é que está? Tínhamos três problemas. Tínhamos e temos. O problema da construção do pórtico que não nos conseguimos livrar dele; um pórtico de assinalamento em plena A25. Segundo, o licenciamento por força da Câmara Municipal ter feito a obra da Avenida de forma absolutamente ilegal, desrespeitando um conjunto de condicionantes, nomeadamente a da reserva ecológica nacional. E terceiro problema, o licenciamento da ligação. Portanto, a ligação da nossa estrada municipal à A25, que tem uma entidade licenciadora que é o IMT e que tem uma

entidade gestora que é a ASCENDI. Como é que estamos? O pórtico está já em obra. Nos próximos dias vão ver a obra; há uma parte da obra que é em estaleiro e depois há uma parte rápida e que acontece no sítio. Nos próximos dias veremos o pórtico a ser instalado. Finalmente esta semana resolvemos um gravíssimo problema que foi livrarmos a avaliação de impacto ambiental. Aquilo que se fez exigia avaliação de impacto ambiental e tivemos que fazer diligências, formais e informais, para que o não fizessemos porque, obviamente, a obra está feita e teríamos aí um processo muito complicado. Recebemos esta semana a comunicação formal, o ofício, a dizer sigam com o processo. Portanto, diria, com segurança, que no que respeita ao licenciamento não são precisos muitos mais dias para acabar porque a grande pecha, o grande problema, era este e foi resolvido, ficou formalmente resolvido, esta semana. Quanto ao licenciamento da ligação devo-lhe dizer que estando pertinho do fim e a tratar de vírgulas entre os juristas das três entidades, Câmara, ASCENDI e IMT, ainda temos aí algumas reservas em relação ao tempo. Perspectiva global? Achamos que até ao final do mês de outubro há condições para estar tudo pronto e em operação. Vamos ver se o pouco que falta ainda vai usar muito tempo. Tem sido uma tarefa brutal mas vamos sentindo a proximidade do fim de tudo, da gestão destes três problemas.

Quanto ao IMI, vamos falar muito sobre IMI proximamente quando cá trouxermos o Plano e Orçamento de dois mil e dezasseis, o pacote dos impostos onde o IMI tem um lugar central, e para explicarmos o papel as finanças nos coeficientes de localização e o papel da Câmara que tem um papel formal, mas que não manda, não condiciona e não decide. Mas tem um papel formal de diligência, repito formal, com o Ministério das Finanças e que explicarei quando cá trouxermos um ponto específico para o IMI, tratando-o nas suas múltiplas vertentes.

Vários de vocês falaram na Escola da Vera Cruz. A Escola da Vera Cruz é uma escola à nossa moda. Felizmente as infelicidades de uma obra posta a concurso absolutamente à 'papo sêco' permitiu-nos fazer um trabalho que a pôs com excelência, podemos dizer assim. Lembrar que a obra estava parada quando chegámos porque o empreiteiro quando começou a fazer o primeiro buraco reparou que o terreno não recebia o projeto porque não tinha havido sondagem geotécnica. Foi preciso fazê-las, assim como o projeto de sustentação da estrutura, o projeto de estacas, para a parte nova do edifício. Foi a primeira trabalhadeira que custou só cento e cinquenta mil euros. E depois tivemos outras trabalhadeiras porque não podíamos admitir que uma escola para doze turmas tivesse uma cantina para trinta crianças; não podíamos admitir que o corredor central de distribuição das crianças, no rés-do-chão, fosse a céu aberto, era um absurdo completo; não podíamos permitir que o ginásio fosse um cochicho onde fazer ginástica fosse uma operação de alto risco. Portanto, corrigimos tudo. É uma operação que fica em mais de meio milhão de euros a mais do que estava contratado. Não se iludam com o prazo cumprido, aquele que eu assumi desde o início, porque o prazo da obra acaba com o dobro do tempo contratado; de um ano e meio para três anos. Quando pegámos nisto e quando, finalmente, resolvemos todos os problemas, e tivemos problemas gravíssimos de interlocução com o empreiteiro, fixámos o prazo e aí sim, correu tudo bem, tudo impecavelmente, porque nós também cumprimos impecavelmente com o empreiteiro em termos financeiros. Mesmo este, que é um empreiteiro com capacidade técnica e financeira, é daqueles que trabalha se me pagam se não me pagam não trabalha. Foi uma boa operação, correu com qualidade, com excelência, e temos uma boa escola. Foi o Paulo Marques que falou da escola da Glória como excelência, mas deve ter-se enganado. A escola da Glória é do pior que temos, julgo que queria dizer escola de Santiago. Exatamente. Eu percebi. A escola de Santiago é a nossa melhor escola, à frente, em termos de estrutura, da escola da Vera Cruz. É evidente que esta, a da Vera

Cruz, agora está novinha em tudo. A de Santiago não é que esteja velha porque teve uma obra há pouco tempo mas precisa de algo para ficar tão bem em termos de imagem. Mas é Santiago a nossa melhor escola e é também Santiago uma excelente escola naquilo que é o exercício de trabalho dos seus profissionais, dos seus alunos, dos pais, e esperemos que as três salas que ainda não têm turma venham a ter. Temos uma escola excelente no centro da nossa cidade. A cidade tem quatro escolas deste nível, Barrocas, Vera Cruz, Glória e Santiago, todas elas estão no centro, distam muito poucos minutos de qualquer ponto da cidade. Falta encher Santiago e temos que o fazer porque presenteamos as crianças com uma escola e um jardim-de-infância de excelência, como aquele que lá temos ao dispor.

O Marques Pereira falou dos fundos comunitários e queria só explicar o seguinte. Eu tenho pena de não termos tido sucesso na operação que propus no início do mandato para, de vez em quando, termos reuniões informais. Como sabem tentei isso uma vez, foi um absoluto fracasso e tenho pena porque há, de facto, matérias que era muito mais interessante partilhá-las mas que o não devemos fazer em actos públicos. Dir-me-ão: antidemocrático. E eu direi: não; responsabilidade quando estão em causa processos negociais altamente delicados, que envolvem não só o nosso município mas onze municípios, de forma direta, e de forma indireta os outros oitenta e nove da região centro. E esse seria um ato absolutamente irresponsável estarmos a tratar esta matéria de altíssima delicadeza em praça pública, de porta aberta. Dou-vos só este número: as verbas do pacto, a procura na região Centro, foram seis vezes superior àquilo que assinámos e àquilo que contratámos. Vejam o que daria de zum-zum. É evidente que para algumas pessoas que veem sempre a política na perspectiva da oposição isso está sempre tudo bem. Mas isso é uma pequena minoria. A maior parte de nós que estamos aqui vemos o exercício da atividade autárquica no exercício do poder, de fazer, de construir, de fazer com que as coisas vão melhorando. Vejam que só no pacto nós fomos com uma proposta seis vezes superior àquela que contratámos. Quantos e quantos projetos que nós e todas as outras noventa e nove câmaras da região querem fazer e que, pelo menos por agora, não têm cobertura. Vocês já viram o que é que isto daria de confusão? Como sabem foi prorrogado o prazo do PEDU para apresentarmos, nós e as oitenta câmaras que são elegíveis no país, as trinta e duas que são elegíveis na região Centro, os planos de estratégia de planeamento urbano; o prazo era dez de setembro, foi prorrogado até trinta de setembro. Vamos discutir aqui os projetos? Seria um acto da maior irresponsabilidade. Vamos levar um número e vamos regressar com outro? Sim, claramente sim. Primeiro porque temos que fazer o nosso trabalho negocial, e tem que ser assim. Mas fazer esse exercício de porta aberta seria um acto da maior irresponsabilidade e não vejo nenhuma câmara a fazê-lo e acho que estão todos a fazer muito bem. Está quase a acabar. O que é que falta das grande peças? Falta exatamente a peça PEDU. Temos o pacto, temos as DLBC's, não falámos delas mas estão também na exposição, onze vírgula quatro milhões nas DLBC's onde temos também alguns interesses diretos. Pouco, porque as DLBC's são basicamente para apoiar investimento privado, mas temos lá alguns interesses diretos. Nós, Município de Aveiro, somos parte formal das três DLBC's da nossa região de Aveiro. Falta a peça PEDU. A peça PEDU tem a data de trinta de setembro e tem um processo negocial formal, além das diligências informais que são mais que muitas, até ao final do mês de outubro onde deverá estar terminado e fechado. Vocês vão lá descobrir alguma coisa inacreditável? Alguma obra inimaginável? Não. As obras estão no programa eleitoral que os cidadãos escolheram, são operações, basicamente, de qualificação de edificado existente porque não há dinheiro para obras novas, para edifícios novos, com muito poucas exceções. Basicamente estamos a falar, em sede destes fundos comunitários e das nossas

tipologias, chamemos-lhe, clássicas de operações de qualificação de espaço público e de espaço edificado de uso público. Não há lá surpresas nenhuma. Os nossos compromissos estão lá devidamente respeitados, como não podia deixar de ser. Estão lá todos? Não, porque não cabem; mas cabe a luta de conquistarmos bem aquilo que conquistamos agora, primeiro para que na etapa da reprogramação de dois mil e dezassete possamos acrescentar alguma dotação superior. Estamos a falar de contratos que não são para este mandato; é para dois mandatos porque no Quadro Comunitário muitas destas operações são para o quadro todo. São matérias que têm esta importância. Era só que mais faltava nós andarmos aqui, agora, a inventar umas excentricidades porque temos ali um dinheirinho e vamos fazer umas excentricidades. Não, vamos cumprir o compromisso que assumimos com os nossos concidadãos, como não podia deixar de ser.

O que é o turismo militar? Uma visita vai ajudar imenso a Sra. Dra., está convidada. Eventualmente a expressão não é feliz. Mas no mundo em que vivemos toda a gente quer slogans curtos e, portanto, turismo militar, de facto, pode ser interpretado de uma forma completamente diferente daquilo que existe. É uma aposta nova do Turismo Centro Portugal com dois episódios centrais: um episódio em Tancos e outro episódio em S. Jacinto. Nós lutámos muito pelo episódio de S. Jacinto que é um episódio extraordinário absolutamente único. Desde logo pela sua localização; não é normal uma unidade militar estar num sítio paisagística e ambientalmente tão belo e tão qualificado como está o RII0. Não é normal, eu, pelo menos, não conheço mais nenhum. Posso achar que a Base do Alfeite está num sítio giro, tem o Mar da Palha à frente e a cidade de Lisboa? Ok, está. Mas não é normal. E o que é que a base de S. Jacinto tem também? Tem uma história única. É a única unidade militar portuguesa que pertenceu aos três ramos das forças armadas. E tem uma unidade museológica pequena mas muito interessante, muito bonita, muito bem trabalhada, que conta essa história única. Depois tem um conjunto de elementos: o monumento ao para-quedista, a capela, que são elementos particularmente diferenciadores. A lógica é que as pessoas entrem numa unidade militar como entram num museu, num espaço de fruição histórico-patrimonial. Esta é a grande ideia, não é exatamente para irem lá assistir a operações militares. É uma componente que se restringe ao acesso ao interior, ao espaço, à história, à componente cultural e patrimonial daquela unidade. Depois há alguns objetivos que queremos vir a atingir, como por exemplo, subir à Torre de Comando que tem uma paisagem absolutamente extraordinária; mas ainda não pode ser agora porque ainda há operações de qualificação da própria torre para ele poder receber, com toda a segurança, as pessoas. Este é o objetivo, esta é a aposta, Há muitos clientes para isto? Hoje, no mundo, há clientes para tudo. Está estudado que, em regra, as pessoas que tiveram vivências militares diretas ou filhos de pais, há no mundo inteiro um turismo militar, deixem-me manter o uso da expressão, enorme, altamente produtor de gente que decide fazer uma viagem porque quer conhecer a história de uma unidade militar, a história de uma batalha, a história sei lá do quê. O mundo já tem muitas coisas destas. Esta é uma variante que se está a implementar e na qual nós apostamos muito.

Quanto ao piso da ponte, Sra. Dra. Olhe, aconselhe a malta a passar por baixo, porque, de facto, a ponte é uma peça da natureza do além. Aconselhe os seus amigos a passar por baixo e aqueles que quiserem passar por cima que tenham cuidado. Não corta sapatos mas se caírem, de mau jeito, não é simpático. Embora se alguém cair de mau jeito em qualquer lado não será nunca simpático. Aconselhe-os a andarem por baixo porque em cima não veem grande coisa; os plátanos não são mais bonitos por cima do que por baixo.

O Presidente Calafate falou no Baixo Vouga Lagunar. Agradeço a sua intervenção. Foi uma luta muito dura, muito importante, com um ato conseqüente que nos sensibiliza a todos. Não vamos fazer audições públicas sobre projetos, era o que mais faltava, mas vamos usar quem sabe para trabalharmos este dossier com toda a profundidade. O seu papel foi importantíssimo e vai ser ainda mais do que foi até aqui, até porque havia aqui algumas bastardias. Por exemplo, a ponte dique do Rio Novo do Príncipe não estava integrada no Baixo Vouga Lagunar. O que é uma coisa notável. Porquê? Porque a Câmara Municipal de Aveiro fez muitas asneiras nesse dossier porque meteu na cabeça que queria fazer uma pista olímpica de remo. E vejam o ridículo. Uma das peças fundamentais para a gestão hidráulica do Baixo Vouga Lagunar não estava integrada no projeto. Coisa inacreditável, mas é a verdade. E com este trabalho está integrada a ponte dique do Rio Novo do Príncipe no conjunto das intervenções do Baixo Vouga Lagunar. Seguramente que temos imenso trabalho pela frente para fazer, como é evidente, já estamos a trabalhar, mas vamos conseguir dar qualidade de vida àquele espaço e tirar-lhe muito mais valor, a vários níveis, do que o valor que vamos tirando até agora.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁰

“Só para questionar dois pontos Senhor Presidente da Câmara. Portanto a Unidade de Saúde São Bernardo foi de registo contemporâneo da Unidade Saúde de Cacia e de Esgueira. A pergunta é para quando São Bernardo?

Contentores continuam também a serem utilizados a serem utilizados pelos alunos na Escola de São Bernardo. Para quando o fim dos contentores da Escola de São Bernardo?

Depois gostaria de tecer também algumas considerações quanto ao Turismo. Há de facto um aumento de turismo e a Região de Aveiro é procurada. Mas o Turismo este ano aumentou no país numa forma generalizada.

Se procurar o incremento que teve Aveiro na procura que já tinha antes, eu devo dizer que não me parece que o incremento seja desproporcionadamente seja superior aquele que existia no resto do Centro. Por exemplo, Coimbra tinha 3, Aveiro tinha 5, agora Aveiro tem 6 e Coimbra tem 4, o incremento é na mesma proporção da procura que já tinha. E esta procura deve-se em parte porque o turismo do norte de África simplesmente neste momento não tem procura, não é. Deslocou-se a procura não por razões de ser de nós aplaudirmos devido aos perigos que se passam no norte de África, tivemos esta felicidade objetiva de ver aumentados o fluxo. E é bem, nós regozijamo-nos com isso, achamos muito bem. É bom que Aveiro crie incentivos, que promova, mas não é assim coisa para lançar foguetes nem me parece que seja obra lá diminuição da taxa de turismo aos hoteleiros. Porque não há turista nenhum que pense num euro para deixar de dormir nem que seja numa residencial.”

Presidente da Mesa⁰³¹

Vogal João Barbosa (PS)⁰³³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

Senhor Presidente muito obrigado. Muito obrigado a todos. Dia europeu sem carros nós não vamos fazer. As ações que um dia foram muito boas e muito importantes não têm que ser eternas. Achamos que é preciso mudar de vida, de disco, hoje estamos empenhados

em acabar os planos, em acabar o PEDU, em acabar a operação de lançamento que nós chamamos da BUGA 2; é aí que centramos as nossas atenções e haverá muitas ações de marketing, de promoção, de sensibilização. Sinceramente não estamos nada motivados para o Dia Europeu sem Carros. Teve o seu tempo, teve coisas muito interessantes mesmo como alguma excentricidade, serviu de marketing daí que ainda hoje se fale nelas. Tomámos esta decisão, discutimo-la e decidimos que é operação que não nos interessa. Na nova vida, passando do planeamento à operação, veremos no futuro se se enquadrará bem participar no quadro das operações de sensibilização da população para estas matérias, embora achemos que não é relevante aderirmos ou não nesta fase. Achamos que o formato é um formato que está ultrapassado e a precisar de uma recauchutagem profunda. É a nossa opinião.

Rua do Belém do Pará e os urinóis do João Barbosa. Em relação à rua do Belém do Pará temos já um projeto terminado, está pronto, para resolvermos o problema da tal falta de passeio que provoca que nunca tenhamos relva numa faixa, na faixa adjacente à baía de estacionamento. Está terminado o projeto. Estamos só com uma questão que é saber se vamos fazer essa obra sozinha se a vamos juntar à qualificação de uma parte da Rua Clube dos Galitos que não está qualificada. Estamos com essa discussão interna para decidirmos. Estamos a falar de obras próximas, que vamos executar fisicamente. Quanto à sua ideia, à fotografia que nos deu dos urinóis de Bruxelas, chumbou. Aquilo é uma coisa com a qual discordamos e não estamos a ver como é que a malta de Bruxelas se dá bem com aquilo, embora já tenha pedido informações à Câmara de Bruxelas para saber se eles têm uma reação positiva dos cidadãos. Temos finalmente reposta a oferta sanitária do Mercado do Peixe e no quadro das operações de esboço de qualificação do Rossio há uma bateria sanitária. Obviamente nunca se resolverá tudo. Eu estive quatro dias em Madrid, nas minhas férias, e não encontrei em lado nenhum e lá fui comprar a garrafa de água ao bar e mais não sei quê. Não se passou nada. Nós tivemos dias de receber no posto de turismo duas mil pessoas, já viram o que é nós termos capacidade sanitária para duas mil pessoas num dia? Não é possível. É bom que nós tenhamos a noção de como é que as coisas podem funcionar.

Rita, quando começa a reabilitação? Começa com o PEDU que tem três componentes: a parte da reabilitação urbana; a parte da mobilidade; e a parte do apoio às comunidades desfavorecidas, é assim que se chama, na prática é requalificação de bairros sociais, naquilo que são os espaços comuns, os espaços públicos adjacentes e os fogos de propriedade pública. É com esse instrumento que nós vamos iniciar as operações. Em termos de assinatura, julgo que em outubro/novembro teremos a assinatura; desenvolver projetos para passarmos à obra seguramente que isso será objetivamente possível no segundo semestre de dois mil e dezasseis. Dado que teremos que ter tempo, depois da noção exata do que podemos fazer, para executar.

A USF de S. Bernardo tem a sua qualificação no pacote que contratámos. Contratámos cinco qualificações e uma delas é S. Bernardo. Não há dinheiro, nem em Aveiro, nem em lado nenhum, com honrosas exceções, nomeadamente na nossa região há uma exceção em Ovar, uma USF que estava já contratada há três anos. Para S. Bernardo só houve intenção, nunca houve mais nada, embora nalguns discursos até parecia que havia, mas não. Portanto, S. Bernardo pertence ao nosso grupo qualificando aquilo que temos hoje. A Escola de S. Bernardo, a tal dos contentores, o Sr. Dr. disse e bem, é a nossa primeira prioridade e é aquela que já tem financiamento garantido para arranjar uma solução, embora a solução possa ser uma de entre três e estamos na discussão para saber. Neste momento a nossa pior escola, inadmissível e inaceitável, está em S. Bernardo, formada por um conjunto de contentores, um telheiro e uma bateria sanitária inenarrável. Numa escola onde estão cerca de duzentas e trinta crianças, na casa de banho dificilmente

conseguem estar mais de uma dúzia. Inacreditável. Prioridade número um é a nossa escola de S. Bernardo.

Quanto à ida à BTL, vamos lá pensar nisso, nem que seja cada um pagar o bilhete de comboio e fazermos uma excursão e fazemos lá um convívio. Acho que é interessante, embora a BTL seja uma boa mostra e foi bom irmos. É bom todos nós percebermos esta economia importante do turismo. Vamos lá organizar isso além da nossa visita ao turismo militar de S. Jacinto.”

PONTO 2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AO SISTEMA AVAC DO CENTRO DE CONGRESSOS DE AVEIRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 02/09/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa⁰³⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar o documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Portanto é um ato administrativo que temos que praticar, de uma prestação de serviços absolutamente necessária para que o nosso Centro de Congressos continue nesta componente a funcionar bem. Muito obrigado”

Presidente da Mesa⁰³⁸

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁹

(Saiu da sala o Presidente da Mesa da Assembleia António do Pranto Nogueira Leite)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Muito obrigado. Dizer que o sistema AVAC não é só para manter o ar limpo. É também para fazer o seu condicionamento de temperatura seja para aquecer seja para arrefecer, de acordo com a estação do ano. E isso é muito importante para o conforto de uma sala que naturalmente por ser muito grande pode tornar-se desconfortável. E o sistema de AVAC tem essa função primeira. Um sistema como o nosso tem se houver legionella não vai lá. E portanto por aí não valos lá. Este tipo de AVAC tem outro tipo de objetivos. Quanto à externalização a questão que aprendemos, porque a primeira vez que tivemos de ter este tipo de decisão, disse nem pensar. Temos cá engenheiros eletrotécnicos que chegam, toca a aprender a lidar com as máquinas e acabou. De facto tive de aprender que há uma especificidade técnica complexa naquela bateria que já tem uns anos. E portanto é evidente fazer um concurso público num valor destes não faz qualquer sentido como é evidente. Alguém se ficaria rir muito de nós. Podíamos fazer um ajuste direto consultando três ou quatro, poderíamos fazer isso, mas a verdade é que entendemos que,

a aconselhamento da nossa equipa técnica obviamente, que esta solução nos aumenta a fiabilidade do sistema. E assim tirar o proveito daquela instalação que começa a precisar de um grande investimento para renovação. Tem a ver com isto, toda a regra, todo o rigor, obviamente assumido na despesa. Enfim, ela é pequena, mas também nas despesas pequenas temos de ter o mesmo índice de rigor. Portanto é basicamente por condicionantes de natureza técnica que fiz esta opção e não outra.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Senhor Presidente, por uma questão de rigor, não me pode indicar o rigor quando diz que só consulta uma empresa e podia ter consultado três ou quatro.

Outro apontamento é que as bactérias não nadam. E também para lhe dizer que se se trata de um serviço permanente é uma excelente oportunidade para o Senhor Presidente qualificar uns trabalhadores da autarquia!? Tem dito que tem trabalhadores a mais. É preciso uma qualificação específica, não lhe parece uma excelente oportunidade para que um dos trabalhadores ganhe qualificação?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“Rita Batista. Muito obrigado. Julgo que foi a primeira vez que oiço uma proposta sua que acolho, que acho que é absolutamente sensata e que pertence ao mesmo mundo em que eu vivo. Obrigado. A única questão que há nisso é que a formação específica para aquela bateria técnica que temos já não existe em lado nenhum. Teria que ser a própria empresa que a conhece a fazer a formação da nossa gente naquela bateria técnica que lá existe. Isto não é nada saudável. Depois, nós temos muitas outras baterias técnicas para cuidar. Nós só temos dois engenheiros eletrotécnicos. Um trata de toda a componente de energia e iluminação pública, e da relação coma EDP. O outro é quem trata das baterias técnicas. Essa é uma ideia plausível mas íamos ficar aqui amarrados à empresa. Tínhamos que fazer com a mesmíssima empresa, não tínhamos outra hipótese. Se fossemos dar-lhes formação genérica ela não se aplica aquela bateria técnica que tem vinte anos. Não tem condição. É uma questão tão técnica, tão objetiva. Gostamos da sua ideia mas aplica-la aqui não é possível.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à ⁰⁴³votação o Ponto 2 – Apreciação e Votação da autorização para a assunção de compromisso plurianual para a prestação de serviços de manutenção ao sistema AVAC do Centro de Congressos de Aveiro, sendo aprovado por maioria, vinte e seis votos a favor (PSD14+CDS6+PS1+PCP1+IND4), oito abstenções (PS8), e um voto contra (BE1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴⁴

“Discordaremos sempre deste modelo de governação que se por um lado alvitra sempre um número elevado de trabalhadores da autarquia e depois contrata serviços externos!? Não vemos qualquer utilidade no recurso a esta contratação que é sempre menos transparente e menos vantajosa que um concurso público.”

(Reentrou na sala o Presidente da Mesa da Assembleia António do Pranto Nogueira Leite)

PONTO 3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UMA MOÇÃO E DE UMA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL.

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁴⁵ deu a palavra ao proponente da Moção (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação dos documentos em epígrafe.

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴⁶

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Srs. deputados. Apresentamos aqui duas propostas. Uma Moção e uma Recomendação sobre a situação dos refugiados.

Quero começar por duas evocações. A primeira saudar a exposição que está nas galerias deste edifício sobre Aristides Sousa Mendes. Um homem que dignificou Portugal num tempo em que pouco dignificava Portugal. Um homem que contra as orientações do governo fascista salvou muitos refugiados da perseguição e morte. Um homem que fez a diferença no seu tempo.

A segunda referir que agora mesmo na Universidade de Aveiro foi apresentada a plataforma de apoio aos refugiados. É uma iniciativa de várias organizações que não ficaram indiferentes a esta crise humanitária, inclui a Amnistia Internacional, a Rede Europeia Anti-pobreza, a Caritas, a Confederação Nacional das Instituições de Caridade, a Unicef, e várias organizações ligadas à Igreja Católica e outras da comunidade Muçulmana.

É uma iniciativa salutar de quem lida de perto com a pobreza e com as dificuldades do dia-a-dia — a um devemos a nossa memória coletiva e às instituições o nosso apoio.

Mas devemos bem mais. A decisão e a intervenção pública.

Como cidadãos e cidadãs de Aveiro e do Mundo não podemos fechar os olhos a esta crise humanitária. Milhões de pessoas fogem da guerra, da perseguição religiosa, da violência e da miséria. É de direitos humanos que falamos. É um obrigação internacional a que estamos todos vinculados, seja institucionalmente pelo tratado de Genebra, que garante abrigo a quem foge de um conflito armado, quer como obrigação de serem seres humanos que parte sem nada em busca de lugares onde o direito à paz cumprido.

É por isso que trazemos aqui a proposta para o município de Aveiro expressar a sua solidariedade para com os refugiados. Não é uma viagem sem risco o que estas pessoas fazem. Só nos últimos seis meses morreram 3 mil pessoas no Mediterrâneo. E os que chegam à Europa estão a ter um tratamento indigno. Violência policial, alimentados como se fossem animais, metidos em comboios sem destino e identificados com um número no braço. Práticas e imagens que nos remetem para as décadas mais sombrias da Europa.

A União Europeia tem tido uma política securitária erguendo muros e patrulhando o Mediterrâneo. Ao mesmo tempo têm responsabilidades nas guerras que causam o presente êxodo. E pasmem-se a União Europeia continua a vender armas e a comprar petróleo às áreas controladas pelo autoproclamada Estado Islâmico!? Permite ainda que esta organização sangrenta utilize os offshore europeus para a circulação e lavagem do dinheiro.

Também o Governo Português tem sido tudo menos exemplar. Portugal deveria ter acolhido 45 refugiados em 2014 e acolheu zero. Falhou. No último Conselho Europeu onde se tratou esta matéria a proposta era de que Portugal acolhesse 2.405 refugiados neste ano. No entanto Passos Coelho bateu o pé e a quota baixou para 1.500.

Veja-se bem, o Primeiro-ministro que sempre se ajoelhou perante a Europa quando se tratava de espezinharem economicamente Portugal foi o primeiro-ministro que se levantou contra o acolhimento de refugiados. Já sabemos que a realidade impõe-se e que Portugal terá de recolher mais refugiados. É por esta política inaceitável do Governo Português que apelamos à mudança da sua postura.

O elemento central destas propostas é que Aveiro integre os municípios de acolhimento de refugiados. Propomos igualmente a criação de uma rede de municípios de acolhimento. Aveiro não é terra de ódio. Aveiro não compactua com atrocidades. Aveiro é terra de liberdade e tem os seus braços abertos para quem foge das guerras e para quem foge pelas suas vidas.

Senhoras e Senhores deputados, Sabemos que temos pela frente um enorme desafio, mas também de responsabilidade. Aveiro deve acolher refugiados e deve preparar-se para o fazer da melhor forma. Para o fazer com toda a dignidade.

De acordo com a Unicef 10.000 crianças viajam sozinhas. Propomos medidas para as receber e para as integrar na comunidade escolar. Assim como garantir que todas as crianças têm acesso ao ensino primário e básico, nomeadamente creches. Para os jovens e adultos é essencial a criação de um gabinete para o aconselhamento para a validação de competências junto de outras instituições. É necessária também uma resposta na área da habitação, da saúde e da inserção profissional.

Estas são resumidamente as propostas que aqui apresentamos e que certamente já tiveram o cuidado de ler e estudar. Conto com todas e todos os membros desta Assembleia para aprovarmos por unanimidade estas propostas. Conto convosco para declararmos Aveiro como município de acolhimento de refugiados. Aveiro é chamada a decidir se acolhe ou não refugiados. Esta Assembleia é chamada hoje a dar essa resposta. E sabemos que Aveiro é “Terra da Liberdade” e da Solidariedade.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁷

“Minhas senhoras e meus senhores. Face à dimensão do movimento humano de emigrantes e refugiados que temos de várias regiões do continente africano e do médio-orientado, realçamos que estes movimentos de emigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de famílias e de seres humanos que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu direito inalienável à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas.

Sublinhamos que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo, do sistema dominante – o capitalismo.

E tem causas responsáveis: - os processos de destabilização em vários pontos do globo, as guerras de agressão, a política do domínio económico, e o saque dos recursos naturais.

Consideramos que o Estado português deve por razões humanitária e por obrigação constitucional tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e emigrantes, numa expressão de solidariedade do Estado Português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena no plano social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.

Deploramos a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça! Abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de tal discriminação da resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da

distinção entre refugiados e emigrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses que a pretexto do drama humanitário criados pelas políticas dos Estados Unidos e da NATO apontam o caminho de novas aventuras militares no médio oriente e no continente africano. Consideramos que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelos direitos humanos, incluindo sociais e laborais e do direito dos povos ao desenvolvimento. Pelo abandono da política de militarização e repressão desta questão que apenas alimenta as causas e alimenta as redes de emigração ilegais. Pelo desenvolvimento de uma política humanitária e de apoio aos refugiados, respeito pelos direitos dos emigrantes e pelo combate às causas da emigração em massa. Ou seja, pelo fim das políticas de guerra e de ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos de África e do médio oriente, pelo respeito da soberania e independência dos estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real e salutar cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

Recomendamos por isso à Câmara Municipal que num quadro de responsabilidade do Estado Central, se integre no reforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.

E quando dizemos recomendamos, recomendamos independentemente dos resultados da votação que termos daqui a pouco acerca das propostas do Bloco de Esquerda. É evidente que dada a declaração que aqui produzi em nome do PCP, que votaremos a favor dessas propostas.”

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰⁴⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴⁹

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰⁵⁰

“Este assunto dos refugiados é um assunto que considero de importância, de dimensão diria bíblica. De facto é um drama que afeta milhões de pessoas e que é um assunto muito sério para que qualquer partido político tenha vontade, digamos assim, de demonstrar a sua opinião ou ponto de vista sobre ele. Contudo, entendemos que um ato de solidariedade é um ato intrínseco à condição humana e não o resultado de um ato político. Não pode ser um resultado de um ato político individual. Para que não haja qualquer dúvida sobre a nossa posição sobre esta matéria o CDS/PP associa-se à Associação Nacional de Municípios, à decisão tomada pela Associação Nacional sobre esta matéria que é publicamente conhecida.

Sabemos que este assunto à muito está a ser tratado nas mais latas instâncias mundiais e pelas organizações europeias mais credenciadas em todo o mundo pela União Europeia da qual fazemos parte e, portanto, entendemos que a resolução ou a tentativa de resolução deste problema assume uma dimensão supra nacional e não micropolítica. E por isso entendemos que esta proposta e esta Moção do Bloco de Esquerda não se enquadra minimamente nessa dimensão. Nesse sentido o CDS/PP, e pelas razões que apresentámos, votará contra quer a proposta quer a Moção.”

Vogal Caetano Alves (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰⁵¹

“Na verdade para complementar o que aqui já foi dito e porque nós Democratas Cristãos achamos que a solidariedade e a caridade são atos individuais. Esta coisa de propor e recomendar que o Governo Central trate do assunto é uma forma simpática de fazer caridade sobretudo, enfim para a televisão e para a imagem.

Mas nós aqui acreditamos que já há gente a trabalhar neste assunto, mas que não precisa de divulgar o que faz. Quem de facto quer mesmo ajudar estas pessoas está a preparar-se para o fazer em termos individuais ou em sistema coletivo (e há várias instituições a trabalharem nisso) mas que não fazem disso notícia nem alarido. Porque essa a nossa forma de fazer solidariedade.

Nós portugueses temos uma tradição de que não precisamos de andar a divulgar inclusive internacionalmente. Na segunda guerra nós tomámos conta das crianças Austríacas. Foi feito por muitas famílias que se voluntariaram para o fazer sem que isso fosse uma decisão de Estado. A não ser a decisão que permitiu que elas viessem para cá. Nos anos setenta tratamos dos “retornados” e conseguimos integrá-los numa dimensão muito superior a esta que estamos a falar neste momento. Portanto Portugal está com certeza prepara e Aveiro está com certeza preparado. Mas não é à instituição aveirense que se faz recomendações para o fazer. Somos nós os aveirenses que vamos fazê-lo quando for necessário. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵³

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵⁵

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁶

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁷

“Eu creio que a apresentadora dos documentos não percebeu o sentido da minha intervenção. Mas eu vou clarificar. Eu acho que deve haver uma vaga de fundo a favor desta situação. Porquê? Porque são pessoas que todos os dias estão a precisar daqueles cuidados primários ao nível da alimentação, da dormida, de ter assistência na saúde, da segurança, das crianças serem integradas numa sociedade onde convivam. Mas também acho que os entes coletivos devem resolver ao nível da representação. Quer dizer, os cidadãos têm de estar recetivos a colaborar individualmente. Porque o Estado pode e nomeadamente as autarquias representam nas congregações estatais a esses que compete resolver o problema e adotar as medidas políticas por onde se hão-de resolver este problema, mas estes problemas têm de ser assistidos. Não interessam proclamações que os entes coletivos depois adotem. Isso vai abater-se sobre os cidadãos. E eu estou a dizer que eu individualmente manifesto essa disponibilidade das minhas capacidades. Só assim se exerce o dever de solidariedade. Agora dizer ser solidário, seja a câmara seja o Estado!? Isso é muito bonito. Agora contingenta-se aí um armazém e pronto o Estado meteu toda esta gente lá e acolhe. Não é possível isso. Isso não é possível.

Portanto eu estou inteiramente de acordo em que se tome, que esta Assembleia tenha um sentido de aprovar uma intervenção, de recomendar, portanto sou até a dizer-lhe que individualmente estou a favor da Moção independentemente dos considerandos, porque visam atacar um problema que é urgente. E que o Estado e as organizações respondam ao nível organizacional. Mas a expressão da verdadeira assistência há-se estar ao nível individual. Portanto eu estou a dizer que com formação humanista e de mentalidade cristã, eu estou de acordo indubitavelmente em apoiar e estou de acordo com a sua recomendação.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁸

“Muito rapidamente só para colocar duas questões. Uma é que devia ser feito um esforço de atualização da perspectiva geopolítica que algumas pessoas fazem, porque

associar o governo Russo a tendências de esquerda é um exercício completamente mirabolante.

Por outro lado, para sublinhar que na minha intervenção procurei dar uma dimensão ao problema que não se resume à Síria. É um problema muito mais complexo que a Síria. Não são apenas Sírios que morrem no Egeu. São também Africanos que morrem este ano e nos anos anteriores no Mar Mediterrâneo e, portanto, as causas vão muito para além dos conflitos que desencadearam as situações mais gravosas dos últimos tempos, mas têm razões mais profundas no desenvolvimento que é preciso que exista em todo o mundo e não apenas em meia dúzia de países.”

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à [060](#) votação a Moção do Ponto 3 “Pela solidariedade e contra a Europa Fortaleza”, sendo a mesma rejeitada, com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) quatro abstenções (IND4) e onze votos a favor (PS9+BE1+PCP1);

Continuando, o Presidente da Mesa colocou à [061](#) votação a Proposta de Recomendação do Ponto 3 “Para o acolhimento de refugiados em Aveiro”, sendo a mesma rejeitada, com vinte um votos contra (PSD15+CDS6) três abstenções (IND3) e doze votos a favor (PS9+BE1+PCP1+IND1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Paulo Fontes (PS):[064](#)

“A minha declaração de voto é que quando está em causa a vida humana deve olhar-se à substancia e não à forma. E sobre essa perspectiva votei favoravelmente esta Moção como votaria outra qualquer Moção doutro quadrante da bancada. Porque o importante é mesmo o apoio e não os considerandos que cada um entende fazer à sua maneira.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):[065](#)

“Pessoalmente votei a favor segundo a intervenção que fiz, essencialmente a segunda. Obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS):[066](#)

“Nós votámos contra porque entendemos que atendendo à dimensão do problema ele carece de uma solução concertada ao mais alto nível. E nesse sentido assumimos e concordamos com a decisão da Associação Nacional de Municípios.”

Vogal Jorge Arroiteia (PPD/PSD):[067](#)

“Votei contra a Moção apresentada e a Proposta de Recomendação, por me rever em absoluto nos considerandos da resolução já tomada pelo Conselho Diretivo da Associação Nacional Municípios Portugueses em 8 de Setembro deste ano sobre a crise dos refugiados. Muito obrigado.”

Vogal Rita Batista (BE):[068](#)

“Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda lamenta a posição quer do PSD quer do CDS, até porque estão mais isolados do que aquilo que possam pensar. Moções com teor semelhante foram aprovadas por unanimidade, o que quer dizer que

tiveram o voto a favor de bancadas como o PSD e o CDS em Lisboa e em Portimão. Aveiro mais uma vez distingue-se pelos piores motivos.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário⁰⁶⁹ que para este período regimental existia um munícipe inscrito.

Continuando deu a palavra ao munícipe, Florbela de Freitas Rodrigues⁰⁷⁰, que veio expor a questão de para quando o Canil de Aveiro.

(Entretanto saíram da sala o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷¹

“Dar-lhe resposta às questões que colocou, agradecendo e dizer que não tem que pedir desculpa de nada.

A solução que adotámos, para o município e para os municípios da nossa Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, é um canil intermunicipal. Foi lançado um concurso para escolhermos uma empresa para nos fazer um estudo técnico e económico, porque está em causa a realização e um investimento. Foi contratada a empresa BDO Consulting, empresa que ganhou o concurso, e já entregou o primeiro relatório. Foram feitos um conjunto de trabalhos, de reuniões. Já temos na nossa mão um primeiro relatório que será agora alvo de análise e discussão no Conselho Intermunicipal da Região para, com a empresa, procurarmos encontrar a solução que tem a componente de definição de localização, de modelo de gestão e sustentabilidade financeira, quer para o investimento que seja necessário fazer, quer para a gestão que seja preciso fazer. Nesse quadro, aquilo que é a obra do canil inacabado do nosso Município, ao lado do que hoje são os Serviços Urbanos da nossa Câmara, está colocado como elemento de análise. Ele tem condições técnicas e legais para ser assumido como bom e como possível parte do tal canil intermunicipal. Será no fim do estudo, dentro deste ano civil estará terminado, embora terminá-lo-emos não propriamente para termos um estudo mas numa lógica de termos, nessa decisão, a estratégia de execução daquilo que venham a ser as conclusões desse trabalho que, neste momento, está assumido, em termos de custo, pela própria Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. O estudo custa vinte e cinco mil euros. Como já disse e repito, queremos um canil com qualidade, queremos um canil que também seja centro de educação ambiental e de sensibilização as pessoas para a relação com os seus animais de companhia, mas também temos que ter um canil que também tenha a componente de abate para aquelas circunstâncias em que o abate é a melhor solução ou a solução mais razoável, para animais velhos, animais doentes, de sobrelocação porque muitas vezes essa tipologia de problemas. Mas que essa seja uma componente tão natural como todas as outras na gestão de um processo desta natureza. Entretanto estamos a usar o canil de Ílhavo, aliás o município de Ílhavo tem protocolo com mais quatro municípios e com a própria ASCENDI. Temos a melhor relação e a melhor nota de trabalho, de funcionamento, com o canil de Ílhavo. Esperemos que dentro deste prazo, a tal referência do ano civil, que nós tenhamos uma boa solução e que encontremos a sustentabilidade financeira para que a possamos concretizar e que numa próxima conversa já possa a resposta ser mais concreta, dizendo que vamos fazer assim

e ‘assado’ no tempo ‘y’, ‘z’. É uma prioridade que está absolutamente assumida por todos nós, pelos onze municípios da nossa região, procurando que a solução que venhamos a implementar tenha a mais elevada qualidade que sejamos capazes.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁷²

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁷⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁷⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁶

“Sr. Presidente só para dar nota que respondi com lealdade, verdade e objetividade, à municipalidade que me interpelou. Nada mais tenho a acrescentar.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁷⁷ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Setembro.

Eram 00:30 horas do dia 19 de Setembro de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)